



IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

MEU ALUNO É AUTISTA - A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS PESQUISAS ACADÊMICAS: Algumas considerações

Flavia Teles GONÇALVES (UFGD)¹

Gabriela MACHADO (UFGD)²

Eixo 6 – Trabalho docente

Resumo

O Transtorno do Espectro autista (TEA) se caracteriza por alterações no processo de desenvolvimento neurológico, ocorrentes de forma precoce que causa falta de capacidade social e de comunicação. Com a perspectiva da educação inclusiva o aluno com TEA passou a fazer parte do ambiente escolar, o que exige dos professores novos conhecimentos. Sendo assim, esse estudo tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática da formação de professores atuantes com alunos autistas. A pesquisa é bibliográfica do tipo “Estado da Arte”, e para tal, foi lançado mão da base de dados do Portal de Periódicos Capes, o qual proporcionou os materiais analisados. O recorte temporal foi dos últimos dez anos e foi selecionado um total de 66 estudos. Ao final, por meio da análise dos trabalhos é possível inferir que ainda há muitos caminhos a serem descobertos no campo da formação de professores para o trabalho com alunos autistas, considerando que esse é um tema relativamente novo e que está em processo de amadurecimento. Entretanto, é válido dizer que já existem pesquisas que caminham para a descoberta, explicação e, embora em pouca quantidade, práticas pedagógicas que visam melhorar o atendimento educacional a alunos com autismo e assim dar visibilidade ao tema.

Palavras chave: Autismo. Formação de Professores. Educação Inclusiva.

Introdução

Ao longo do tempo as pessoas com deficiência foram vistas de diferentes maneiras, sendo que, por um longo período foram escondidas pelos familiares, em

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados, na linha de Educação e Diversidade. Integrante do Grupo de Estudos em Educação Especial – GEPES. E-mail: flaviatelis@hotmail.com.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados, na linha de Educação e Diversidade. Integrante do Grupo de Estudos em Educação Especial - GEPES. E-mail: gabi.machado24@hotmail.com.

outros momentos, vistas como “aberrações”. De forma efetiva, há muito pouco tempo, esses passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Desde então Políticas Públicas foram sendo criadas para garantir a essas pessoas seus direitos e, um desses direitos foi à inserção no sistema regular de ensino, a chamada educação inclusiva. Dentre as pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) estão os que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse transtorno são falhas no sistema neurológico que atingem a criança desde muito cedo e, ao serem inseridos na escola, alunos que apresentam o TEA exigem do professor mais conhecimentos, restando saber como esses professores tem se saído nessa tarefa.

Destarte, essa pesquisa tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática da formação de professores atuantes com alunos autistas. Como princípio metodológico adotou-se a pesquisa bibliográfica do tipo “Estado da Arte” e, a base de dados utilizada foi a de Periódicos Capes, sendo selecionados 66 estudos, em um recorte temporal de dez anos.

Essa pesquisa apresenta relevância científica à medida que, contribui com o mote de informações sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, especificamente os que apresentam o TEA, com enfoque na formação de professores, considerando que ainda são poucas as pesquisa que abordam sobre essa temática. E relevância social ao ponto que busca trazer a tona algumas respostas e principalmente novos questionamentos para futuras pesquisas.

Da inexistência a conquista de direitos da pessoa com deficiência

No decurso da história, as pessoas com deficiência têm sido vistas de diferentes formas. Alguns registros evidenciam que esses inicialmente eram omitidos do convívio social, em alguns casos “[...] a pessoa deficiente, era excluída em razão da sua deficiência, associada a uma “ineficiência”, pois, não seria “produtiva” para a nobreza. Sendo assim, nada poderia ser feito, Sobre esses aspectos Rodrigues e Lima (2017) afirmam que “se na Antiguidade a pessoa deficiente era esquecida e praticamente “não existia”, no período medieval, a questão era talvez, pior, pois no plano da metafísica, de natureza religiosa, a pessoa com deficiência era considerada demoníaca” (p. 24).

De forma efetiva, há muito pouco esses passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. Este tem sido um assunto que ganhou maior disseminação nos

encontros internacionais que se propõem a tratar tais temas, e com o comprometimento dos países que assinam os tratados, a discussão sobre os direitos a pessoas com deficiências tem obtido maior visibilidade.

No Brasil, por exemplo, a primeira legislação que aborda assuntos educacionais referentes a pessoas “excepcionais” é Lei nº 4.24/1961 e afirma no Artigo 88 que “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (BRASIL, 1961). Os termos usados para apontar as pessoas com necessidades especiais demonstra como estas eram vistas na época, e qual a finalidade da educação para elas.

Felizmente, com o aumento da discussão sobre o tema moldaram-se novos discursos e direcionamentos para as pessoas com deficiência, passando a ganhar maior visibilidade no atendimento educacional e novos termos a serem utilizados. Na Constituição de 1988, a Educação é apontada como:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Já o artigo 208 garante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Isso demonstra que é dever do Estado o acesso deste público a educação básica.

Após a década de 1990 houve melhorias na criação de legislações que tratam de maneira mais específica o assunto. A criação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96 e a Resolução 02/2001 do CNE proporcionaram maior visibilidade e o começo de um direcionamento legal para a educação especial na Educação Básica.

Como é do nosso conhecimento, esses dois dispositivos legais intensificaram um direcionamento já presente na Constituição de 1988, no sentido da defesa da escolarização dos sujeitos “da educação especial”, com prioridade ao ensino comum como lócus destinado a esse processo. (BAPTISTA, 2015)

Em continuidade, em 2008 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial “visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes.” (Brasil, 2008). No mesmo ano, o Decreto nº 6.571 dispõe sobre o financiamento da educação especial delegando ao FUNDEB tal responsabilidade, baseando-se no senso escolar do ano anterior.

No ano seguinte a Resolução 04/2009 do CNE e o Parecer nº13/2009 do CNE instituíram as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, garantindo ao aluno público alvo da educação especial a dupla matrícula para o subsídio deste nas redes de ensino regular a partir de 2010, e ainda em instituições de atendimento. Sobre isso escreveu Baptista:

A breve história de aprovação desse parecer mostra a força de instituições privado-ilantrópicas quando se trata da oferta da educação especial. A versão definitiva homologada garante que o atendimento educacional especializado – complementar ou suplementar – possa ser oferecido por essas instituições em parceria com o setor público, com a garantia de uso de recursos do FUNDEB dirigidos à instituição executora desse serviço.

No ano de 2011 foi aprovado o Decreto nº 7.611, que Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. No artigo 1, garante o dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial a “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2011).

Em 2014 foi aprovado como forma de Lei nº 13.005 o Plano Nacional de Educação, com vigência de 10 anos. A Educação Especial é abordada na Meta 4 com o objetivo de:

[...] universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Essas são algumas legislações que garantem esse acesso e permanência deste público a educação nas redes de ensino. Não entraremos em detalhes sobre o as diversas discussões que tais legislações exigem, como caracterização do público alvo, qualidade deste acesso, qualidade do ensino, qualificação dos profissionais que atual nesta modalidade e tantos outros temas. A pretensão neste momento é mostrar apenas um breve panorama do que já foi trilhado até então no âmbito da Educação Especial de maneira mais geral.

Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas implicações

O Transtorno do Espectro autista (TEA) ou autismo são alterações no processo de desenvolvimento neurológico, ocorrentes de forma precoce, causador da falta de

capacidade social e de comunicação. Além dessas principais características, Oliveira e Sertié (2017) afirmam que a aparência e o comportamento dos pacientes com TEA podem sofrer variações “[...] abrangendo desde indivíduos com deficiência intelectual (DI) grave e baixo desempenho em habilidades comportamentais adaptativas, até indivíduos com quociente de inteligência (QI) normal, que levam uma vida independente” (p. 233).

Sobre esses aspectos, as autoras também relatam que pessoas com TEA também podem apresentar outros tipos de doenças “[...] como hiperatividade, distúrbios de sono e gastrintestinais, e epilepsia. Estima-se que o TEA afete 1% da população e seja quatro vezes mais prevalente entre homens do que entre mulheres” (OLIVEIRA; SERTIÉ, 2017, p. 234).

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V, no Transtorno do Espectro Autista – TEA, além do déficit na comunicação social, há padrões restritos/repetitivos de comportamento, interesses ou atividades” (p. 49) que se desenvolvem já nos primeiros 3 anos de vida.

O grau de gravidade dos comportamentos varia de pessoa para pessoa, que podem apresentar um quadro leve, moderado ou severo, variando assim entre quem possa desenvolver total independência e discretas dificuldades de adaptação, até os indivíduos que possuirão dependências para atividades do dia a dia.

Por se tratar de um transtorno que aparece já nos primeiros anos de vida, é de fundamental importância a atenção da família na percepção dos sintomas na criança. Entretanto, embora comum à percepção dessas alterações no desenvolvimento, muitas vezes os pais demoram a procurar ajuda especializada para identificação do TEA.

A formação de professores na perspectiva da Educação Especial

Os professores, como profissionais da educação possuem como pré-requisito previsto em lei uma formação específica. Segundo a Lei 9394/96, que estipula as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional em seu artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

Esta lei ainda aborda no artigo 58 sobre a Educação Especial, estipulando esta como uma modalidade da educação destinada a referida parcela de alunos com necessidades educativas específicas no campo da aprendizagem que se originam de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, assim como altas habilidades e superdotação.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Nas orientações devidas a educação especial, adentramos as obrigações dos sistemas de ensino, em que estes devem assegurar alguns pré-requisitos para o atendimento educacional desses alunos. Dentre elas, o artigo 59, inciso III define:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Percebemos então, a importância de uma formação adequada para o atendimento correto desses alunos, o que é garantido por lei. Segundo Melo (2014) a formação de um professor é um processo contínuo que ocorre diariamente na sala de aula, e isso ocorre quando o professor atua e reflete sobre sua prática docente, contemporarizando e contextualizando seus conhecimentos, técnicas e recursos com sua realidade. Mas como alcançar tal finalidade?

Os cursos de licenciatura atualmente possuem pouco suporte para as práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva, e dependendo da instituição, nem há abertura para tal discussão. Em compensação surgem os cursos especializantes que visam complementar este déficit, porém, até os cursos específicos não conseguem abordar as diversas abrangências encontradas na docência em um restrito período de tempo, e mesmo que conseguissem, não há como um professor aprender a lidar única e exclusivamente com um tipo de eficiência e deixar de lado as demais necessidades de sua turma. Há uma imensa demanda de atenção em diversas direções e os professores devem mediar todas da melhor maneira possível.

Por isso, torna-se necessária a formação continuada de professores que atuam direta e diretamente com alunos especiais, sejam eles atuantes em classes regulares, classes especiais, salas de recursos multifuncionais e demais ambientes usados com a finalidade de educar tais alunos.

A presente pesquisa pauta-se sob a necessidade de investigar de como tem sido a atuação desses professores que possuem alunos com Necessidades

Educacionais Especiais – NEE, focando nos profissionais que atuam de forma direta e/ou indiretamente com alunos autistas. Esta é uma realidade que tem ganhado espaço nas salas de aula já que esses alunos têm frequentado as escolas como todos os demais.

Mediante esses aspectos, surgem algumas questões, tais como: a formação de professores influencia sua prática pedagógica em sala de aula de maneira benéfica para com o aluno e a turma? De que maneira podemos verificar essa influência? Deveras, o objetivo deste trabalho é realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática da formação de professores atuantes com alunos autistas.

Metodologia

A pesquisa faz parte da história da humanidade e quando se faz pesquisa é possível desenrolar um emaranhado de questões, antes obscuras, as quais permitem tecer novas histórias, novas visões e novos conhecimentos. Sobre o ato de pesquisar Bernadete Angelina Gatti (2008) descreve que:

Pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. Com essa definição assim tão ampla, podemos dizer que estamos sempre pesquisando em nossa vida de todo dia, toda vez que buscamos alguma informação ou nos debruçamos na solução de algum problema, colhendo para isso os elementos que consideramos importantes para esclarecer nossas dúvidas, aumentar nosso conhecimento, ou fazer uma escolha (p.9).

Sobre essa égide, essa pesquisa está inserida em uma perspectiva qualitativa, considerando que o enfoque qualitativo “Utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação”, e também é de natureza quantitativa, pois demonstra através de gráficos, informações relacionadas a números e quantidades de trabalhos envolvidos nessa pesquisa, levando em consideração que o enfoque quantitativo “[...] é sequencial e comprobatório. Cada etapa precede à seguinte e não podemos “pular ou evitar” passos, a ordem é rigorosa, embora, claro, possamos redefinir alguma fase” (SAMPLIERI; COLLADO, LUCIO, 2013, p. 30- 33).

Em relação ao tipo de pesquisa, esse estudo se debruça em um princípio bibliográfico, do tipo “Estado da Arte ou Conhecimento”, e sobre esse tipo de pesquisa Romanowski e Ens argumentam que:

A realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis

contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia. (2006, p. 39)

Com o intuito de levantar quais estudos abordaram o tema do autismo e formação de professores, com um recorte temporal de 10 anos. A base de dados utilizada para tal pesquisa foi o portal de periódicos da CAPES. Devido à grande quantidade de trabalhos encontrados, a análise ocorreu primeiramente pelo título do trabalho, e quando este não era suficientemente claro, fez-se a leitura do resumo para melhor entendimento. O quadro a seguir exemplifica os resultados obtidos:

Quadro1: Descritores

Descritores	Base de Dados	Nº de Estudos Encontrados	Trabalhos Selecionados
Autismo AND Formação de Professores	Periódico CAPES	24	7
Autismo AND Inclusão de Professores		101	39
Autista AND Formação de Professores		16	8
Autista AND Inclusão de Professores		46	12

Fonte: elaborado pelas autoras (2018)

Ao usar as palavras Autismo AND formação de professores, foi encontrado vinte e quatro trabalhos publicados desde o ano de 2007 até 2017. Destes seis são livros, quinze são artigos, e três são teses. Dois trabalhos são sobre formação de professores, quatro sobre a inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, um sobre linguagem de uma criança com autismo, e um estudo de caso.

Já com a combinação Autista AND formação de professores foram encontrados dezesseis itens publicados entre os anos de 2008 e 2018, com onze artigos e cinco livros, e foram analisados oito. Desses, quatro falam sobre formação de professores, dois sobre inclusão escolar e dois sobre estudo de caso.

Usando os descritores Autismo AND Inclusão Escolar foi encontrado ao todo cento em um trabalhos publicados entre 2007 e 2018, com noventa e quatro artigos, cinco livros e duas teses, em que apenas quarenta e dois trabalhos possuíam relação com o tema. Um ponto a se destacar é que havia muitos trabalhos repetidos, outros em que nem pelo título ou resumo conseguiu-se identificar o assunto.

Com o tema de inclusão escolar foram encontrados dez, inclusão de criança autista foram onze trabalhos, formação de professores cinco, estudo de caso sete, levantamento de dados publicados sobre autismo achou-se quatro, um sobre atuação de psicólogo na inclusão de uma criança autista, um sobre tecnologia na inclusão escolar, um sobre a construção do autismo na mídia impressa brasileira, um sobre autismo e fonoaudiologia, e um sobre terapia de uma criança autista focando a psicologia.

Por último, quando pesquisado os descritores Autista AND Inclusão Escolar encontrou-se quarenta e seis trabalhos entre os anos de 2008 e 2018, sendo quarenta e dois artigos e quatro livros publicados. Nesta sequência de palavras, muitos artigos anteriormente citados se repetiram, por isso foram analisados somente os que não foram visualizados antes. Novamente houve a repetição de trabalhos, mas que não pertenciam às combinações anteriores.

Ao serem analisados ficaram assim: sete sobre Inclusão de autistas, um sobre inclusão escolar, um sobre inclusão escolar de autista em que foi estudado a influência da família, um sobre a inclusão de um aluno autista sob a percepção dos professores, um artigo que define características do autismo.

Resultados e Discussões

Ao analisar os resultados obtidos na pesquisa realizada e mencionada anteriormente, podemos perceber alguns pontos interessantes. Primeiro a periodicidade das publicações. Nenhum dos trabalhos possui mais que onze anos e com isso podemos observar que a inclusão de alunos autistas é um tema relativamente novo, onde há pouco tempo abriu-se discussão. Até o ano de 2010, por exemplo, a maioria dos trabalhos abordaram temas mais abrangentes da educação inclusiva, apontando sua importância, direcionamentos e os demais pertenciam a outras áreas além da educação e seus estudos sobre autismo, como a psiquiatria, psicologia e fonoaudiologia e demais áreas da saúde. Na combinação e palavras Autista AND Formação de Professores, foi a partir do ano citado que ocorreu as primeiras publicações.

Entretanto, a partir de 2013 obtemos a maior parte de publicações, onde em cada sequência de palavras, mais da metade dos trabalhos foram escritos, confirmando a afirmação de que a inclusão e formação de professores no âmbito do autismo é um tema novo no campo científico, e conseqüentemente, educacional.

Sobre a temática foram divididos os seguintes pontos: formação de professores, inclusão escolar, inclusão de autistas, estudo de caso, levantamento bibliográfico, e os trabalhos encontrados em quantidade única foram citados como tal, pois não seria correto tirá-los da discussão, pelo contrário, pois demonstram mais temáticas abordadas nas pesquisas.

Na temática de formação de professores, ao todo foram encontrados onze trabalhos que discutiam formação de professores. Pode-se então considerar que esta é uma temática que começou a ser abordada, mas ainda carece de mais pesquisas sobre o tema, sejam pesquisas que apontam para características positivas ou negativas da formação, pontos que detalhem o dia a dia dos professores de alunos autistas, atitudes que demonstrem um ponto de apoio e práticas que auxiliem os demais professores.

No quesito inclusão, consideramos somente as práticas pedagógicas de inclusão de crianças autistas, para melhor caracterização do trabalho. Como resultado, foram encontradas onze publicações que abordam a inclusão escolar de maneira geral. Percebemos que há interesse em entender o processo de inclusão e como este deveria acontecer, mas carece pesquisas no sentido de investiguem os seus efeitos principais, e suas implicações na vida do estudante, e principalmente dos professores, pois poucos escritos foram dedicados a práticas na sala de aula.

Já na inclusão de alunos autistas o número de trabalhos aumenta, chegando a dezesseis. Este é o apontamento com maior número de pesquisas. Destaca-se que a maior parte desses trabalhos, apontam para a importância desse processo na escola, com os demais alunos da sala e do professor, e a necessidade de harmonização e preparo entre os agentes educacionais para receber este aluno.

Na perspectiva de estudos de casos apareceram cerca de nove trabalhos que apontaram para estudos realizados com apenas uma criança ou mais, mas que em seu texto contribuíram para exemplificar práticas pedagógicas que foram relevantes no contexto da pesquisa, sendo este possível de repetição ou não, variando de acordo com cada contexto educacional.

Os artigos que apontavam para os levantamentos bibliográficos e científicos são três. Por esta se tratar de uma área relativamente nova, é importante ressaltar a importância de tais levantamentos, pois assim as futuras pesquisas possuirão um norte de quais temas tem sido considerados mais relevantes, quais assuntos vêm

ganhando maior visibilidade e quais temas ainda não foram tratados e precisam ser investigados.

Na sequência de descritores Autismo AND Inclusão Escolar um artigo se destacou por abordar a construção do autismo na mídia impressa brasileira, onde tentou explicar a “epidemia de autismo” baseando-se no que tinha sido escrito sobre o tema nas mídias impressas no período de 2000 a 2012.

Debruçados no panorama dos trabalhos encontrados, podemos verificar certa abrangência de temas sobre a formação de professores, inclusão escolar e o autismo. Entretanto, ainda há alguns assuntos desconhecido, que precisam de maior aprofundamento, divulgação e inserção no meio docente, nas salas de aulas, para que as práticas pedagógicas sejam influenciadas benéficamente por tais estudos.

Considerações

Esse estudo teve por objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática da formação de professores atuantes com alunos autistas. Ao final da pesquisa, fica notória a quantidade de conhecimentos produzidos no meio científico, por este motivo, faz-se necessário que tantos conhecimentos não permaneçam estagnados, mas sejam disseminados e principalmente apropriados por todos os indivíduos. Nessa perspectiva torna-se fundamental que os estudos realizados na Educação Especial cheguem e perpassem os locais onde esta acontece.

Ao observar os resultados alcançados nesta breve pesquisa relacionada à formação de professores, inclusão e autismo, percebe-se que ainda há muitos caminhos a serem descobertos no campo do conhecimento, talvez por ser um tema relativamente novo e que está em processo de amadurecimento. Entretanto, percebe-se também que já existem pesquisas que caminham para a descoberta, explicação e, embora em pouca quantidade, práticas pedagógicas que visam melhorar o atendimento educacional a alunos com NEE na área do autismo.

Por este motivo, há a necessidade de incentivo ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na educação básica e estão diariamente em contato com estes alunos, pois é por meio deste contato que ocorrerá o processo de ensino e aprendizagem. Torna-se então fundamental uma prática docente responsável, que entenda sua importância e vise a melhoria contínua em prol do desenvolvimento dos alunos.

Neste contexto, as pesquisas carecem de estudos específicos que expliquem o caminho que tais profissionais devem trilhar. Em geral as pesquisas apontam que o professor deve “caminhar” visando aprender sempre para melhorar suas práticas, usando como base as legislações vigentes e saberes científicos. Mas em contrapartida, não explicam por “quais caminhos” este profissional deve andar, com raros exemplos práticos em que este pode se espelhar visando seu aperfeiçoamento. Ora, dizer que devemos andar é fácil, mas explicar o caminho tem se tornado a dificuldade maior, e ainda são poucos pesquisadores que se arriscam a trilhá-lo.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM 5**. Tradução de Maria Inês Correa Nascimento et al; revisão técnica Aristides Volpato Cordiolo. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Escolarização e deficiência**: configurações nas políticas de inclusão escolar / Claudio Roberto Baptista (organizador). – São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. 304 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 13/2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 set. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2008

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Lex*. 2011.

BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em 19 de dez de 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, n.º248, de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº. 2. Institui diretrizes nacionais para a educação especial da educação básica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Seção 1E, Brasília, DF, 14 set. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, Brasília, p. 1-15, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em 12 dez. 2018.

GATTI, Bernadete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010. 3ª ed. 87p (Série Pesquisa, 1).

MELO, Hellen Cristiey Batista de. **A versão das professoras das Salas de Recursos Multifuncionais do Município de Dourados – MS: atuação no Atendimento Educacional especializado**. UFGD – Dourados. 2014

OLIVEIRA, Karina Griesi-Oliveira; SERTIÉ, Andréa Laurato. Transtornos do Espectro Autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. **Einstein**; 15(2), p. 233-238, 2017.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Cláudia Araújo de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista Interterritórios**, Caruaru, v.3, n.5, p.21-33, 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas Denominadas do Tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2013.

